

A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal



Tenente-Coronel João Jorge Botelho Vieira Borges*

1. Introdução

Numa altura em que se debate, com especial acuidade, a reestruturação das Forças Armadas (FA), pensamos ser adequado e oportuno abordar a temática da reforma do Ensino Superior Militar (ESM) em Portugal.

Adequado, porque a participação no referido debate sobre o ESM, que pensamos deveria ter sido alargada "interactivamente" a todos os actores do sistema educativo militar, tem sido, no entanto, limitada às entidades e instituições directamente implicadas no processo. Assim, os poucos diagnósticos e artigos de opinião a que temos tido acesso, traduzem-se normalmente numa "reação" negativa às opções governamentais, quaisquer que elas sejam e simultaneamente numa grande dificuldade na apresentação de soluções inovadoras mas concorrentemente enquadráveis num processo de reformas contínuo, global e realista. Como continuamos a pensar que é importante a participação de cada um e de todos, em processos que dizem respeito ao futuro da instituição militar, achamos por bem dar o nosso testemunho pessoal, na sequência de uma apresentação intitulada "O Ambiente Estratégico Internacional e a Revolução nos Assuntos Militares, como variáveis do ESM" e efectuada na Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de

* Professor Regente das cadeiras de "Relações Internacionais" e "Elementos de Estratégia" na Academia Militar (AM), Vice-Presidente do CINAMIL (Centro de Investigação da AM) e Gestor do Protocolo com a Universidade do Minho. É Licenciado em Ciências Militares - Artilharia pela AM, Mestre em Estratégia pelo ISCSP, Doutorando em Relações Internacionais na Universidade dos Açores e com o Curso de Estado-Maior do IAEM. Entre outras funções, em UEO, destacou-se o Comando de sub-unidades de escalão Companhia e Batalhão, durante cerca de cinco anos (na AAA e na AM), e a chefia da ROM/DO/EME. É sócio efectivo da Revista Militar e vogal da Comissão de Relações Internacionais (CRI) da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL).

Geografia de Lisboa, testemunho esse fortalecido por vários anos de experiência no ensino e incentivado por um marcante artigo publicado pelo General Loureiro dos Santos, no Diário de Notícias¹, sobre o tema “Racionalizar o Ensino Superior Militar”.

Oportuno, porque é sempre tempo de abordar as reformas, especialmente aquelas que, como o ESM, têm repercussões na espinha dorsal das FA. Oportuno ainda, porque nos encontramos na fase de construção de todo um novo edifício legislativo do ciclo de planeamento estratégico nacional, a começar pelo Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), com previsíveis consequências para uma área que nos últimos anos tem tido lugar privilegiado na agenda política do actual e dos últimos governos.

Propomo-nos, assim, analisar os pressupostos e as variáveis determinantes da Reforma em agenda, que inclui a possibilidade de criação de uma Universidade das Forças Armadas (UFA), com destaque para a identificação das especificidades do ESM, e para o levantamento de alguns contributos, ao nível de subsídios e conceitos de acção, que o futuro longínquo² tratará de julgar a seu tempo.

2. Pressupostos e Variáveis da Reforma do Ensino Superior Militar

A formação dos Quadros Permanentes (QP) das FA e da GNR³ e em particular o ESM, constitui historicamente um dos seus elementos estruturais essenciais e, por consequência, qualquer reforma têm normalmente efeitos de grande dimensão e de longo prazo.

Daí a importância desta temática e o rigor imposto em quaisquer das reformas efectuadas entretanto no ESM⁴, as quais tiveram a montante diferentes

1 Na página de opinião (12), do dia 2 de Setembro de 2002.

2 A que esperamos assistir, apesar de termos consciência que “...as melhores e as mais corajosas decisões são aquelas que já não poderão ser julgadas em vida nossa...”.

3 Em função da opção tomada pela GNR, em 1991, de formar os seus Oficiais na AM, incluímos esta força militarizada (Corpo Militar) no ESM/FA, para efeitos deste artigo (caso do acréscimo em cerca de 120 alunos ao universo de alunos dos EMES).

4 No caso do Exército, consideramos ESM desde 1790, aquando da criação da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, apesar da herança histórico cultural do ESM contemplar, entre outras unidades orgânicas, a Aula do Cosmógrafo-Mor em 1559, a Aula de Artilharia e Esquadria em 1641, a Academia Real da Marinha em 1779, a Academia Real dos Guardas-Marinhas em 1782 (antecessora da actual Escola Naval, criada em 1845) e o Real Colégio Militar em 1802. A Escola do Exército (antecessora da actual AM), seria criada pelo marquês de Sá da Bandeira em 1837. A Academia da Força Aérea (AFA) só viria a ser criada em 1978.

variáveis influenciadoras e pressupostos orientadores, mas sempre como objectivo “assegurar e promover uma melhor formação de nível superior dos Oficiais, tornando-os mais eficientes e eficazes para o desempenho das suas funções”, materializado através de diversos instrumentos de acção.

Os pressupostos orientadores, entendidos como “condicionantes das reformas”, como “matrizes orientadoras” das mesmas, ou como “princípios”, incluíam normalmente um perfil do oficial (onde, para além dos atributos de elevada dedicação e de exemplar conduta pessoal e ético-profissional, cabia a necessidade, ou não, de uma formação académica de nível superior), a necessária identificação com a missão das FA e dos Ramos, com as doutrinas das Organizações Internacionais (OTAN) ou dos aliados mais ligados ao fornecimento de armamento e equipamento (EUA) e todo o enquadramento legislativo de âmbito político, militar e mesmo educacional.

Por outro lado, as variáveis constituem factores influenciadores, razões ou motivos das reformas, por vezes determinantes, que por sua vez se destinam a salvaguardar a competência dos oficiais em novos cenários, com instrumentos mais ou menos estruturais.

Entre as variáveis ou factores influenciadores de uma reforma do ESM, podemos identificar os factores Político, o Económico, o Sócio-Cultural e o Militar, apesar da dificuldade crescente na sua separação e da influência, também crescente, de factores externos, especialmente para países como Portugal, sem uma verdadeira estratégia genética e com uma dimensão militar muito reduzida, em comparação com a maioria dos seus parceiros nas Organizações de Segurança e Defesa. É o caso da influência significativa que tem, na componente política, a evolução do ambiente estratégico internacional, na económica, a evolução dos mercados financeiros mundiais e em particular da União Europeia e, na militar, o novo ambiente militar (ou Revolução nos Assuntos Militares).

As consequências das alterações constatadas nas diferentes variáveis, necessariamente conjunturais, mas enquadrantes de um novo cenário global que se pretende perene no tempo, poderão materializar-se, no âmbito de uma reforma do ESM, pela definição de objectivos e pela execução de diferentes instrumentos de acção, a saber: criação de novos cursos; alteração dos objectivos dos cursos; alteração da duração dos cursos; alteração das especialidades e áreas científicas dos cursos; modificação da estrutura curricular dos cursos; alteração do peso das diferentes vertentes da formação⁵; opção por diferentes

5 Pela Portaria nº 425/91, de 24 de Maio (Regulamento da AM), actualmente divididas em: científica de base, de nível universitário; científica de índole técnica e tecnológica; comportamental, consubstanciada numa sólida educação militar, moral e cívica; preparação física e de adestramento militar.

modelos de ensino; definição de novos "troncos" comuns; actualização e coordenação dos programas das disciplinas ou unidades curriculares; reestruturação do nível científico; alteração dos processos pedagógicos empregues; ligação à investigação e desenvolvimento; criação de projectos de cooperação nacionais e internacionais; melhoria da qualificação dos agentes de ensino; equivalência a cursos civis; inserção gradual e cuidada no ensino superior nacional; melhoria das condições das instalações; alteração da estrutura e organização da unidade orgânica, etc..

Se recordarmos o preâmbulo do Decreto-lei nº 42151 de 12 de Fevereiro de 1959, que cria a Academia Militar como "escola de formação dos oficiais do QP dos três Ramos das FA", encontramos coincidências curiosas e muito actuais, no que respeita às variáveis, de que citamos: "...a interpenetração cada vez maior das FA, terrestres, aéreas e navais, em operações combinadas e a preocupação, sempre dominante, de maior rendimento económico, na organização das instituições militares, conduziu à ideia de conseguir a vizinhança das Escolas de formação de oficiais dos QP dos três Ramos das FA...".

Confinando-nos aos últimos 15 anos, constatamos que foram executados vários instrumentos de acção, em tempos diferentes, com especial destaque para a AM, de que se relevam a "promulgação do estatuto da Academia Militar⁶ no grau de "Licenciatura em Ciências Militares"⁷, a formação de Oficiais de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, a implementação de cursos de formação para Oficiais da Guarda Nacional Republicana, a admissão de alunos do sexo feminino, os convénios de cooperação com as Universidades, a realização de Colóquios e Seminários, o desenvolvimento de Projectos de Investigação Científica e a criação de um centro de investigação (CINAMIL), a adesão à Fundação das Universidades Portuguesas (FUP), a reforma curricular de 1999, a criação de novos cursos como o da saúde militar, o reajustamento dos objectivos dos cursos, o apoio à docência militar e à realização de graus académicos por parte de oficiais, o enriquecimento do corpo docente com o recrutamento de novos docentes de reconhecido mérito, a participação activa no processo de avaliação dos cursos e nos projectos de reforma do ESM, entre outros⁸.

Deste modo, constatamos que se tem desenvolvido todo um trabalho ao nível do ESM em geral, no sentido de um acompanhamento gradual das

6 Decreto-lei nº 302/88, de 2 de Setembro, in Diário da República I Série, nº 203, pg. 3626, de 2 de Setembro de 1988.

7 Que desenvolve no oficial a capacidade de autodisciplina, para aprender, e para desenvolver o pensamento crítico e o poder de raciocínio necessários para enfrentar a imprevisibilidade.

8 Para mais pormenores na área comportamental, ver: Videira, Carlos Manuel Terron da Silva (TCOR), Formação Comportamental na Academia Militar, Lição Inaugural do ano lectivo 1999/2000, AM.

A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal

diferentes variáveis e não de uma Reforma mais estrutural. Assim, quando nos deparámos com uma agenda política que incluía uma Reforma do ESM nas suas prioridades, e que contemplava e contempla, instrumentos de acção de âmbito estrutural, pensámos de imediato que, a montante, estariam respostas menos positivas a questões como:

- Estará actualmente o ESM a formar Oficiais eficazes e eficientes e cidadãos exemplares e de excelência?⁹
- A relação custo/eficácia da formação é demasiada elevada e pode ser racionalizada?
- Os resultados da avaliação em curso são menos positivos e o processo de integração no ensino superior universitário não tem percorrido o caminho certo?
- Os restantes países da União Europeia ou da OTAN já efectuaram ou estão a efectuar reformas profundas nos seus sistemas de ESM?

Sem resposta possível à maioria das questões, porque ainda não existem indicadores objectivos e absolutos, sustentados em estudos realizados a amostras significativas e apesar dos encómios de que têm sido alvo os militares e as unidades portuguesas na sua actuação em Operações de Apoio à Paz e em cargos internacionais, as decisões políticas foram entretanto tomadas no sentido de uma profunda reforma, tendo como instrumento de acção a criação de uma Universidade das Forças Armadas.

Recuemos então a Fevereiro de 1998, para nos encontrarmos com a decisão de criação de uma UFA¹⁰, quando o então Ministro da Defesa Nacional, Prof. Doutor Veiga Simão, decidiu constituir uma comissão para elaborar um relatório e um projecto de diploma sobre o “novo modelo do Sistema Universitário das FA”, tendo como *objectivos*: a realização profissional; o fortalecimento da ligação e coordenação com as Universidades; a maior simbiose entre a Instituição Militar e a sociedade envolvente.

Depois da apresentação do relatório, datado de Nov98, o primeiro projecto de Decreto-Lei (DL) de uma UFA, onde simultaneamente era criado o Instituto de Altos Estudos das Forças Armadas, resultante da integração do ISNG, do

9 Onde se poderão incluir outras questões como: os resultados “no terreno” não satisfazem as expectativas?...existirão novos perfis de desempenho nas FA?...as alterações, nas missões mais conjuntas e combinadas, nos equipamentos e na doutrina, são de tal modo significativas?... a profissionalização implica novos militares e novos estilos de liderança que tenham implicações na formação de base?...

10 Apesar de já pensada em 1959, com a criação da Academia Militar...e de já equacionada explicitamente pelo MGEN Medeiros Ferreira em 1976, aquando do colóquio sobre o Ensino Superior Militar, realizado sob a direcção da AM, no Centro de Estudos Militares (actual IDN).

IAEM e do IAEFA, com associação legal à UFA, viria a surgir a 8 de Maio de 1999 com a Proposta de Lei nº 281/VII, altura em que o Ministro foi substituído pelo Dr. Castro Caldas. Entre os *motivos*, que estiveram a montante da proposta, onde se misturam pressupostos com variáveis, e que foram apresentados pela Comissão, presidida pelo Prof. Doutor Adriano Moreira¹¹, destacaria:

- "...as exigências de carácter humanístico, científico, técnico e cultural, que variam no tempo e se tornaram intensas com a acelerada mudança da estrutura internacional e do quadro renovado das missões”;
- “a evolução do conceito de segurança e defesa que abrange os recursos e capacidade de outros sectores públicos e da sociedade civil”, para além do braço armado;
- a exigência na “preparação de quadros altamente qualificados para acompanhar as exigências da segurança, ajustando o nível e diversidade das qualificações que confere aos novos perfis de desempenho das FA e possibilitando a circulação plena desses diplomados para as responsabilidades do Estado e da sociedade civil sempre que necessário e oportuno...”;
- a importância crescente das operações militares de natureza conjunta e combinada, que recomenda a “maximização das oportunidades de conhecimento mútuo e de formação comum dos oficiais das FA.”;
- a necessidade de acompanhamento dos padrões universitários portugueses e europeus e a formação complementar seja ministrada numa perspectiva abrangente”.

Mais tarde e pelo Decreto-Lei nº 88/2001, de 23 de Março, o subsistema do ensino militar foi integrado no processo global da avaliação do ensino superior universitário público, acção considerada vital para a credibilidade do ESM pelo Prof. Doutor Adriano Moreira e actualmente em curso, mesmo no âmbito dos cursos de ciências militares nos três Ramos, apesar de não terem paralelo nos cursos civis.

Entretanto, o novo Ministro, Dr Rui Pena, viria a publicar, já no final do seu mandato, o Despacho nº 6817/2002, de 11 de Março, em Diário da República de 3 de Abril de 2002, que criava, junto do MDN, um Conselho Coordenador do Ensino Superior Militar, fundamentalmente para análise da proposta de integração dos institutos de altos estudos dos Ramos num único Instituto de Altos Estudos das Forças Armadas (IAEFAR) e parecer relativo à criação da UFA, cujo anteprojecto de DL juntava em anexo ao referido

A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal

Despacho. Entre as *razões* apresentadas, algumas das quais reforçando as constantes na Proposta de Lei nº 291, salientam-se:

- a evolução das “exigências da segurança” e a prioridade de criação de órgãos conjuntos;
- institucionalização, em moldes modernos, da cooperação inter-ramos;
- a promoção do desenvolvimento de cursos para atribuição de graus académicos mais elevados;
- o nível e a diversidade das qualificações e a possibilidade de “circulação plena desses diplomados para as responsabilidades do Estado e da sociedade civil sempre que necessário e oportuno”;
- a exigência de criação do IAEFAR com a possibilidade de abrir cursos de pós-graduação em áreas das ciências e tecnologias militares.

A proposta de UFA integrava as seguintes unidades orgânicas: Escola Naval (EN); Academia Militar (AM); Academia da Força Aérea (AFA); IAEFAR; Escola Superior de Tecnologias Navais (ESTNA); Escola Superior Politécnica do Exército (ESPE); Escola Superior de Tecnologias Militares Aeronáuticas (ESTMA); Escola do Serviço de Saúde Militar (ESSM). A referida UFA tinha como órgãos de governo, a chancelaria, o reitor, “nomeado entre professores catedráticos, vice-almirantes ou tenentes-generais, de elevado prestígio e reconhecido mérito”, o senado e o conselho administrativo, e contemplava, no prazo máximo de dois anos, a criação de uma Academia das FA (AFAR) e de um Instituto Politécnico das FA, juntando as unidades orgânicas em dois grupos; os estabelecimentos militares de ensino universitário e os de ensino politécnico, tal como consta no DL 88/2001, de 23 de Março, relativo à integração dos EMES no sistema de avaliação dos estabelecimentos de ensino superior.

Poucos meses depois, assumia funções o novo MDN, Dr. Paulo Portas, que apresentou, em Julho de 2002, uma nova proposta de DL para criação de uma nova UFA, agora designada “Universidade D. Nun’Álvares Pereira”. A nova Universidade, à imagem e semelhança da proposta anterior, integraria as mesmas unidades orgânicas, sensivelmente a mesma missão¹²,

12 Missão primária de “assegurar e promover a formação superior dos oficiais das FA, bem como participar na criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência, da tecnologia e na qualificação dos meios humanos e na valorização da sociedade...”, com as seguintes atribuições: Formação humana, cultural, científica, técnica e militar dos Oficiais das FA (e da GNR); Realização da investigação fundamental e aplicada, com especial incidência nas áreas de defesa e segurança; Prestação de serviços à comunidade; intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições nacionais e estrangeiras; Contribuição, no seu âmbito, para a cooperação internacional e aproximação entre os povos, com especial relevo para os países de expressão oficial portuguesa e para os países parceiros em alianças.

a mesma capacidade de conceder graus de bacharel, licenciado, mestre e doutor e o título de agregado. Os órgãos foram ligeiramente alterados no sentido de uma maior especificidade militar, no caso do conselho de chanceleres, do Reitor, do conselho universitário e do conselho administrativo. Explicitamente foi criado o IAFAR, mas as unidades orgânicas de ESMU e ESMP não foram agrupadas em duas novas unidades. Na prática, foi criada uma estrutura superior, com vantagens claras ao nível da avaliação do ESM, criando um só interlocutor, mas com claras indefinições ao nível da necessária racionalidade e da manutenção da identidade do ESM.

Analisando pormenorizadamente os preâmbulos e enquadramentos de todos os despachos e projectos de lei acima referidos, ficamos com a consciência de que a variável económica é determinante ao nível da necessária racionalização de recursos, apesar de outras razões serem apresentadas. Se considerarmos, ao nível do enquadramento estratégico da segurança e defesa nacional, o programa do actual governo, assim como as grandes opções do novo conceito estratégico de defesa nacional, constatamos que a concentração de meios por razões de racionalidade económica terá naturalmente a sua aplicabilidade ao nível do ESM, com a “maximização das estruturas comuns ou de utilização comum, no âmbito de uma reforma mais vasta das “FA mais conjuntas”¹³.

Outra razão, na nossa perspectiva a mais determinante, diz respeito a todo o processo de avaliação, que na nossa perspectiva condicionou os diferentes projectos de reforma, no sentido de ser encontrada uma solução para o elevado número de interlocutores do Sub-sistema do Ensino Superior Militar e independentemente da sua grande importância como instrumento de validação do ESM.

3. Pressupostos e Variáveis de uma Reforma do Ensino Superior Militar

Se no capítulo anterior nos reservámos à análise da Reforma em agenda, protagonizada pelos últimos quatro Ministros da Defesa, sempre fácil de criticar e nem sempre com justiça, em face da possível falta de dados, pretendemos agora levantar os possíveis pressupostos e variáveis influenciadoras de uma eventual reforma do ESM.

E começamos pelos pressupostos, que se podem traduzir no “perfil do oficial”, nas missões das FA e dos Ramos, no respeito pelo cumprimento da lei de bases do sistema educativo, e de todo o enquadramento político-militar, “assumido” ao nível das diferentes organizações internacionais, com destaque para a OTAN e para a União Europeia. Constatamos, facilmente, que urge elaborar um trabalho conjunto (com oficiais dos três ramos, com especialistas militares ou civis, portugueses ou estrangeiros) ao nível da definição do perfil do oficial do século XXI, mas em tempo e respeitando objectivos bem definidos.

Relativamente à identificação das diferentes variáveis ou factores influenciadores e suas consequências em termos de instrumentos de acção de uma reforma, daremos de seguida o nosso contributo teórico, analisando resumida e separadamente cada uma das variáveis atrás identificadas, respectivamente:

– Política

Na nova “Cidade Global”, em que outros actores, que não os Estados, assumem particular protagonismo, assiste-se a uma crescente preocupação com as Ameaças Globais¹⁴, de que destacamos o terrorismo e o desequilíbrio demográfico¹⁵ que se verifica entre o Norte “rico mas velho” e o Sul “pobre mas jovem”, que não sendo novas, são particularmente exponenciadas pelos instrumentos da Sociedade de Informação, em processo concorrente com a Revolução nos Assuntos Militares. Nesta (Des)Ordem Actual, dominada pelas três palavras-chave do General Loureiro dos Santos, respectivamente a Incerteza, a Insegurança e a Volatilidade e por um mundo cada vez mais globalizado e dominado pela Superpotência EUA, “a violência organizada assume outras dimensões e facetas, que exigem novos e adequados sistemas de resposta”¹⁶. Assim, e por opção política, as FA dos países Ocidentais são mais reduzidas, mais ligeiras, mais flexíveis e modulares, mais profissionais,

14 Movimento sem controlo de grandes vagas migratórias e tráfico humano; redes internacionais de carácter mafioso; sabotagem e crime organizado; poluição atmosférica ou atentados ecológicos (efeito estufa, desertificação, derrames como no caso do Prestige...); propagação de novas doenças (SIDA); especulação financeira; assimetrias de desenvolvimento N-S; fundamentalismos (radicalismos étnicos, religiosos e ideológicos); proliferação nuclear e processo de desmantelamento do armamento nuclear obsoleto; proliferação das armas de destruição maciça; litígios territoriais e nacionalismos; terrorismo internacional; interrupção do fluxo de recursos vitais; narcotráfico; dependência energética; “cyberterrorismo”...

15 João Vieira Borges, “A Demografia e a Estratégia; uma prospectiva para o século XXI”, *Revista Militar*, Lisboa, nº2/3 de Fev/Mar de 1999.

16 Abel Cabral Couto, “Segurança e estudos sobre a Paz”, *Nação e Defesa*, nº 95/96 (Outono Inverno 2000), Lisboa, IDN, p. 29.

mais conjuntas¹⁷, mais importantes como instrumento da política externa dos Estados no desempenho crescente de “novas missões”, nas “fronteiras dos serviços”, e num quadro maioritariamente conjunto e combinado.

Apesar das alterações no Novo Ambiente Estratégico Internacional, Portugal tem sabido adaptar-se, com a pena e a espada, como são prova a sua participação activa na UE, na OTAN, na CPLP e na OSCE, na condução do processo de Timor, no protagonismo internacional de algumas personalidades, mas, sobretudo, na participação significativa das FA portuguesas fora das fronteiras nacionais, por vezes com responsabilidades muito superiores às capacidades e sem deixar de “transformar as interdependências em dependências”¹⁸.

Sendo um mundo diferente, com ameaças diferentes daquele que determinou as matrizes do ESM da guerra fria, com novos conceitos e com perfis diferentes exigíveis aos Oficiais, naturalmente que os diferentes EMES efectuaram reformas profundas, ao nível dos currículos, dos cursos, dos programas das cadeiras, da pedagogia e de uma maior integração no ensino superior. Pensamos, no entanto, que esta variável política, cada vez mais difícil de separar da militar, valorizada pela rápida evolução da União Europeia¹⁹ como Organização Internacional Supranacional, deve ainda ter consequências ao nível de uma maior ligação entre as academias e escolas militares dos diferentes países²⁰, ao nível da necessidade de aprender a ensinar para a incerteza, o que pode exigir maior investimento na liderança e nas pedagogias, ao nível da maior interdisciplinaridade, com disciplinas e unidades curriculares de

17 Foram inclusivamente os EUA (e apesar da sua dimensão), os primeiros a estabelecer no quadro conceptual “Joint Vision 2020”, que, “no futuro, a força conjunta, dada a sua flexibilidade e capacidade de resposta, constituir-se-á como o fulcro de todo o sucesso operacional”. Esta linha de acção tem ainda mais acuidade em pequenos poderes, com reduzidas FA, casos de Portugal, da Bélgica ou da Holanda.

18 Adriano Moreira, Estudos da conjuntura internacional, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1999.

19 A recomendação do Conselho da União Europeia de 24 de Setembro de 1998, muitas vezes referida pelo CNAVES, orienta os Estados no sentido de “garantir a qualidade do ensino superior no contexto económico, social e cultural dos seus países, atendendo simultaneamente à dimensão europeia e à existência de um mundo em rápida evolução.”, na prática, a construção de um “espaço educativo europeu”.

20 Seria bom que mesmo antes dessa cooperação internacional (que poderia incluir intercâmbios, seminários, troca de conhecimentos entre professores e discentes, identificação das matrizes comuns ao nível da formação científica de base e mesmo técnica e tecnológica...), a cooperação nacional ao nível dos próprios Ramos (academias, institutos politécnicos e institutos de altos estudos...), entre os Ramos e entre todas as instituições ligadas à Segurança e Defesa (que não se circunscreve à componente militar), desse passos mais largos...

A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal

opção para orientar competências específicas, e ao nível da formação comum, em determinadas áreas específicas como as operações de apoio à paz.

– Económica

A «nova economia» da liberalização financeira e da concorrência generalizada da globalização, trouxe de volta as crises internas e internacionais²¹. E estas crises também atingiram Portugal, que se debate com um período menos saudável, onde imperam as restrições económicas e financeiras, com lógicas consequências para as FA. Assim, os anos vindouros continuarão a ser de racionalização dos recursos materiais, especialmente ao nível do investimento, e dos recursos humanos²² nas FA, apesar da participação de Portugal em processos importantes na área da Segurança e Defesa (na União Europeia, na OTAN e na OSCE). A solução estará em dosear adequadamente o instável equilíbrio entre o bem-estar e a segurança, para que não percamos a liberdade de acção e não fiquemos ainda mais dependentes em termos internacionais.

Não sendo o cenário risonho, as consequências podem situar-se ao nível de profundas reformas nas FA em geral e no ESM em particular. Uma das soluções, para responder a esta variável, passará inevitavelmente por uma reforma estrutural do ESM, integrada numa reforma mais global das FA, em moldes que favoreçam a eficiência e eficácia dos Oficiais das FA e a necessária racionalidade de recursos.

Ao nível da formação, pensamos que a importância desta variável tem naturais consequências na necessidade de enfatizar ainda mais a área da gestão em todos os cursos do ESM, quer nos recursos humanos, quer materiais, quer financeiros, dado que o Oficial é sempre um gestor, especialmente em funções de comando, na paz e guerra.

– Sócio-cultural

Apesar da importância crescente da opinião pública na tomada de decisões, a globalização generaliza valores de democracia e liberdade por um lado, enquanto que, por outro, esbate valores específicos de

21 Em França (Saint-Cyr) e no âmbito de um seminário sobre a União Europeia a que tivemos o privilégio de assistir, em Julho de 2002, constatámos que na maioria das Academias e Escolas Militares (26 Europeias e 2 Norte-Americanas) abundam as restrições financeiras, determinantes, a par das pressões do ensino superior universitário em geral, nas reestruturações em curso, com tendência para a redução da componente militar e para o consequente aumento da componente académica dos cursos militares!

22 Não existindo voluntários, nem se prevendo o seu aumento dos actuais cerca de 8.000 para os necessários 16.000 (no caso do Exército) em 2004, as reestruturações terão de ser ainda mais profundas nesta área vital...

cada região, de cada país e de cada povo²³. Assim, os cuidados com esta variável, por parte dos pequenos países, têm de ser redobrados, no sentido do culto dos valores, dos costumes e das tradições.

E nesta área, as FA como instituição, constituem um instrumento importante para tornar a defesa num investimento de futuro, desde que os quadros sejam devidamente preparados e que a sociedade as encare com o necessário espírito de cidadania, vertente em que os dirigentes políticos têm especial responsabilidade.

Por outro lado, continua a ser importante, sobretudo em termos de prestígio social, que os quadros militares sejam detentores de uma qualificação superior, que lhes confira algum prestígio e dignidade, em parte perdidos em termos económicos e mesmo políticos e de que foram detentores noutros tempos. E essa qualificação superior passa pela indiscutível licenciatura, independentemente de ser ministrada nos EMES ou nas universidades civis, assim como pela necessidade do ESM se integrar gradualmente no ensino superior civil. Com a evolução generalizada do Ensino Superior Universitário desde Bolonha²⁴, poderemos assistir a pressões sobre o ESM, nomeadamente no que concerne à redução do número de anos dos diferentes cursos das Academias e Escolas Militares e à adaptação aos novos graus académicos.

23 Numa altura em que se assiste a uma desintegração das instâncias de socialização como a família, as comunidades e a própria escola...

24 Com a reunião de 29 dos Ministros da Educação Europeus, das Universidades e dos seus parceiros sociais, em Bolonha, em 1999, iniciou-se o processo de criação de um «espaço europeu do ensino superior», a saber: adopção de um sistema de fácil compatibilização dos diplomas obtidos nos diferentes Estados; adopção de um sistema em dois ciclos, em que o primeiro ciclo de pré-graduação, durando não menos de 3 anos, conduz a um grau que deve ser relevante para o mercado de trabalho europeu e o segundo ciclo, de pós-graduação, corresponde ao mestrado e ao doutoramento; estabelecimento de um sistema de créditos reconhecidos em toda a Europa (mais próximo de medir a aprendizagem e o volume de trabalho a efectuar pelo aluno do que o número de horas da cadeira); promoção da mobilidade de estudantes e professores; cooperação para um sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior, com harmonização dos métodos de qualidade e dos métodos de avaliação. Isto implica uma opção profunda das aptidões e competências que cada grau deve conferir. Praga teve lugar dois anos depois (Mai01), tendo os avanços excedido as expectativas, apesar das diferentes velocidades de empenhamento no processo. No entanto, até 2010 os graus académicos devem ser comuns e os cursos de diferentes países e instituições equiparáveis. Alguns países (são necessárias reformas ao nível nacional e reformas ao nível das instituições de ensino superior), ao contrário de Portugal (onde as equivalências se restringem aos programas dos cursos e não ao trabalho dos alunos), já legislaram relativamente ao primeiro ciclo (3 ou 4 anos)...Em Berlim, em 2003 veremos...

Com a profissionalização, as FA deixaram de ser gradualmente “o espelho da Nação”, e poderemos cair no risco de um maior afastamento das FA relativamente à sociedade envolvente²⁵, que se traduzirá numa crescente dificuldade no recrutamento²⁶, pelo que, entre as acções a desenvolver no âmbito do ESM, poderemos destacar: a necessidade de um maior investimento na formação dos quadros em áreas das ciências sociais; na contínua necessidade de formação de nível universitário no ESM, se possível com equivalências de cursos e concessão de graus e títulos académicos em cooperação com Universidades civis, proporcionando saídas enriquecedoras em termos individuais e para o Estado²⁷; numa maior aproximação à sociedade envolvente, com cursos de formação na área da cidadania, aproximando os futuros quadros do país, da instituição militar, através da Universidade.

– Militar

Para alguns autores como Geoffrey Parker e António José Telo²⁸, vivemos actualmente uma Revolução nos Assuntos Militares (RAM, de Revolution in Military Affairs), caracterizada pela transição da sociedade industrial para a idade da informação, com “novos conceitos de guerra”, uma diferente interligação entre as FA mais profissionais e a sociedade, um superior domínio da informação e da sua transformação em conhecimento, uma valorização do espaço como quarta dimensão da guerra, o aparecimento de uma nova geração de armas mais precisa e uma ampla revisão das forças, dos conceitos, de operações e das táticas.

25 Segundo António Telo, in Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso, esse risco não terá lugar nas sociedades democráticas, tendo em atenção que “o núcleo central dos militares passa a fazer uma carreira mais aberta à sociedade, com um amplo contacto com o mundo universitário e da investigação; os civis das mais diversas origens são chamados a cooperar com os militares nas FA de forma flexível e adaptada às circunstâncias”.

26 Os últimos dados apontam ainda para valores muito positivos no recrutamento nas Academias e Escolas Militares, a saber: 52% das vagas da Armada foram preenchidas em 2002 na EN; 62% no Exército e 97% na GNR, na AM; cerca de 80% na Força Aérea, no que respeita a pilotos-aviadores, na AFA.

27 Em West Point (Principal Academia Militar nos EUA), dos cerca de 1200 alunos, que são admitidos anualmente, cerca de 900 (25% das necessidades em subalternos por parte do Exército dos EUA) terminam os seus cursos. No entanto, uma parte significativa não segue a carreira das armas, assegurando facilmente emprego no mercado de trabalho, o que constitui um dos contributos da instituição militar para a sociedade americana...com quadros mais qualificados (numa escola de excelência) não só em termos técnicos, mas também (e sobretudo) em termos comportamentais e de capacidade de liderança...

28 Telo, António José, Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso, Lição Inaugural, AM, Lisboa, 2002.

As novas missões atribuídas às FA²⁹, mais conjuntas e combinadas, mais profissionais e também no âmbito das Operações de Apoio à Paz (forças de projecção, com consequências ao nível de uma certa homogeneização da cultura e dos procedimentos militares), tem repercussões acrescidas no ser Oficial, cujas competências específicas passam pela “directão, operação e controlo de uma organização de homens cuja primária função é a aplicação da violência”³⁰. O acréscimo dessas competências específicas pesa nos seguintes âmbitos³¹:

- da diplomacia³², dado que a profissão militar, tradicionalmente ligada ao chefe heróico e guerreiro carismático, tem vindo a evoluir para o técnico militar e para o gestor dos recursos e da violência, podendo cada oficial personificar diferentes combinações destes elementos numa simbiose tipo guerreiro-universitário, determinada pelo guerreiro;
- das forças policiais, sobretudo em escalões mais baixos e em “military operations other than war”;
- das tecnologias, em especial as ligadas à sociedade da informação, dado que o “impedido” do oficial do século XXI é cada vez mais o computador portátil;
- da liderança, com a necessária compreensão dos fenómenos “guerra com profissionais”, “baixas-zero”, “matar pelo País é dever” e “autonomia na acção”;
- da relação com a sociedade civil a diferentes níveis.

Em face da evolução para maiores responsabilidades aos mais baixos escalões, com acrescidas consequências políticas e sociais das acções militares, é

29 Para S.Exa o Sr Presidente da Republica, in A Defesa Nacional e as FA, p. 13, “o êxito da reforma das FA está dependente, em grande medida, do equilíbrio entre eficácia, modernização, redimensionamento, optimização de recursos e dignificação da condição militar”.

30 Huntington, Samuel F., *The Soldier and the State*, Cambridge, Harvard University Press, 1959, p. 11.

31 Reconhecendo o dilema actual enfrentado pelos líderes militares, o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (Center of Strategic and International Studies – CSIS nos EUA) formou um comité (coordenado por Dick Cheney), em 1997, para avaliar o sistema de educação militar profissional e fazer recomendações. Entre as conclusões destacou que as missões de hoje “exigem que o capitão seja também um negociador, diplomata, soldado, e que promova a manutenção da paz”.

32 Como refere o Coronel Nuno Mira Vaz, in *Civilinização das FA nas Sociedades Demoliberais*, p. 344, “...as forças militares são incentivadas a actuar como suporte da diplomacia, em acções onde se não almeja a vitória militar mas sim a resolução dos conflitos, e nas quais elas constituem um importante instrumento para atingir a paz ou, onde isso não for possível, ao menos um compromisso estável”.

fundamental a consolidação da componente académica na fase inicial da carreira do Oficial, para além das necessárias qualificações básicas da Arma. As consequências desta variável para o ESM poderão ser e têm sido noutros países ocidentais: ao nível da actualização dos currículos, para as áreas da gestão, da sociedade da informação e das ciências sociais³³; dos programas, casos da liderança, do comportamento organizacional, das relações internacionais, da sociologia militar, do direito internacional; da criação de áreas comuns entre os Ramos, sobretudo em áreas tradicionalmente conjuntas e combinadas. Outra necessidade, decorrente desta evolução, diz respeito à manutenção de contactos e formação com outras academias e institutos militares, a chamada dimensão internacional da formação dos Oficiais, quer no âmbito de cursos, quer no âmbito de exercícios militares ou de seminários académicos. No que concerne aos sistemas de ensino³⁴, que variam no interior dos próprios estabelecimentos, entre cursos de Saúde, ministrados maioritariamente nas universidades civis e curso das Armas, totalmente ministrados na AM, poderia caminhar-se para uma maior concentração das componentes militares da formação, no início ou no final dos cursos, facilitando a realização de cursos necessários ao desempenho das missões conjuntas e combinadas³⁵.

Se considerarmos a evolução da Política Externa e de Segurança Comum na Europa e as tentativas de países, como a França, em normalizarem partes comuns da formação superior dos Oficiais na União Europeia, pensamos que se caminhará lenta, mas seguramente, ao nível de matrizes dos cursos e de uma maior coordenação entre docentes, através de projectos de I&D, no sentido de vir a criar uma identidade europeia de Segurança e Defesa, baseada no respeito pelas diferenças e complementaridades. Esta intenção foi manifestada recentemente pelo General Cuhe, Comandante das Escolas de Saint Cyr Coetquidan, quando, no seminário realizado em julho de 2002 naquela escola e com a presença de 26 EMES, abordou a questão da criação de uma escola de formação inicial para Oficiais na Europa, no sentido de desenvolver uma cultura comum nos Oficiais, que, como referiu, se traduz por “uma vontade de viver, de pensar e de agir em comum” de modo a salvaguardar

33 E voltamos ao velho debate entre a abrangência e a profundidade, entre as humanidades e as tecnologias, mas que deveria ter lugar (conforme Boaventura Sousa Santos) mais entre a “mediocridade e a excelência”.

34 Temática (Modelos de ESM) que foi alvo de uma sessão de debate realizada na AM, a 29 de Maio de 2002, organizada pelo CINAMIL, com a participação do TCOR Carlos Videira e do Prof. Doutor António Telo, e que tivemos o prazer e a honra de moderar. Noutros Ramos e noutros ESM esta questão continua a ter especial acuidade.

35 Casos do para-quedismo, protecção civil, NBQ, métodos de instrução, operações de apoio à paz, sobrevivência, emergência médica, operações especiais, fuzileiros, comandos, guerra de informação, gestão de crises, etc.

“a democracia, a tolerância, a liberdade, a justiça social e os direitos do homem”.

Variáveis	Aspectos essenciais	Consequências para o ESM
<i>Política</i>	Ameaças Globais; Mundo Unipolar (EUA) com peso crescente de outros Actores das RI; Peso crescente da União Europeia; Política Externa com mais FA;	Maior interdisciplinaridade; Maior investimento na área das “ciências sociais”; Maior Internacionalização; Mais áreas comuns; Mais liderança;
<i>Económica</i>	Nova economia; Crises financeiras; Restrições económicas e financeiras;	Reduzido investimento; Integrar a reforma estrutural do ESM numa reforma global; Mais gestão de recursos humanos, financeiros e materiais, em todos os cursos;
<i>Sócio-cultural</i>	Generalização de valores de Democracia e Liberdade; Esbatimento de valores regionais e nacionais; Importância social da licenciatura;	Maior investimento no espírito de cidadania; Maior investimento na História e nas “ciências sociais” em geral; “Obrigatoriedade” de manter a formação universitária do guerreiro;
<i>Militar</i>	RMA; Novas Missões; Profissionalização;	Maior investimento na formação do “diplomata” e do “polícia”; Maior investimento nas tecnologias da sociedade da informação; Mais liderança; Maior relacionamento com a sociedade envolvente; Mais estudos e cursos conjuntos e combinados de excelência; Maior internacionalização da Segurança e Defesa;

Figura 1– Das variáveis teóricas aos possíveis instrumentos de acção de uma Reforma do ESM

4. A Especificidade do ESM

Quando pensamos nos ESM, vem-nos logo à memória a formação militar, os valores militares, as tradições, a liderança, enfim, uma especificidade que os distingue de outros estabelecimentos de ensino superior, pois o objectivo, desde os tempos mais remotos, circunscreve-se á formação dos Oficiais para o desempenho de funções militares.

Aquando da criação da Academia Militar, em 1959, não era oficialmente previsível que a maioria dos Oficiais viesse a desempenhar funções de combate no teatro de operações de África, numa guerra subversiva, com características muito diferentes da guerra convencional constante nos manuais que nos chegavam da OTAN e dos EUA. No entanto, o facto da AM formar já então os oficiais nas várias componentes (científica de base, de índole técnica e tecnológica, comportamental, e preparação física e de adestramento militar), deu-lhes as condições necessárias para a adaptação a novas situações, o que veio a suceder, com sucesso, ao longo da guerra colonial, com reajustamentos sucessivos nos currículos, programas e duração dos cursos, depois de 1961.

Com o final da guerra colonial, a evolução da componente científica para a adequada equivalência com cursos civis³⁶, em detrimento do peso da componente militar e comportamental, tem sido uma constante, em Portugal e na maioria dos países europeus...

No entanto, e apesar dessa evolução, os EMES integrados no Ensino Superior Nacional apresentam algumas especificidades, de uma riqueza indiscutível e enformadoras de um verdadeiro "currículo virtual" adicional ao legalmente reconhecido.

As referidas especificidades, que se traduzem na identidade do ESM, devem constituir um pressuposto, em qualquer cenário de reforma do ESM, em Portugal ou no estrangeiro, sem prejuízo da evolução de determinadas variáveis que deverão ser estudadas com maior acuidade. Quando analisamos, por exemplo, a cadeia de comando típica dos EMES, e a comparamos com a organização e gestão de uma universidade, compreendemos que esse pressuposto pode constituir-se numa referência diária de funcionamento para todos os actores do sistema educativo militar, com consequências muito positivas ao nível de uma melhor integração dos alunos na vida militar, após o final dos cursos nas diferentes Unidades, Estabelecimentos e Órgãos

³⁶ Foi o DL nº 48/86 de 13 de Março que integrou os EMES no sistema de ensino superior português com a definição do seu objectivo (formar oficiais destinados aos quadros permanentes das FA, em áreas de conhecimento e interesse para o desempenho das missões específicas de cada ramo) e a equivalência do grau de licenciado em Ciências Militares ao mesmo grau conferido pelas universidades.

Militares. Constituí, deste modo, um comportamento organizacional mais próximo da realidade que os alunos irão enfrentar, o que necessariamente transporta consigo mais vantagens do que inconvenientes.

Analisemos então algumas das especificidades do ESM, tendo sempre como referência a Universidade³⁷:

- Desenvolvem actividades de ensino, de investigação e de apoio à comunidade, com a finalidade essencial de formar oficiais para os quadros permanentes das armas e serviços dos Ramos das FA (e da GNR);
- Realizam cursos ou estágios de aperfeiçoamento para o interesse dos Ramos e cursos de pós-graduação em áreas essencialmente militares, a militares mas também a civis, explorando assim o sucesso nas suas áreas de excelência (casos da liderança, guerra de informação, história militar), e desenvolvendo simultaneamente uma acção de cidadania;
- Realizam, coordenam ou colaboram em projectos de I&D, integrados em objectivos de interesse nacional, nomeadamente na área da Segurança e Defesa;
- Têm uma estrutura orgânica específica (Comando, Direcção de Ensino, Corpo de Alunos e Direcção dos Serviços Gerais), não eleita;
- Não dispõem de autonomia financeira³⁸;

37 De acordo com a lei de bases do sistema educativo (artº 11º da Lei 46/86), o ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica. De acordo com o mesmo diploma, o ensino politécnico (limitado em termos de grau académico ao bacharelato...e a diplomas de estudos superiores...) visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais. Na prática, se o saber de quem ensina e de quem aprende resultar da ligação actual e activa à investigação e, portanto, se a própria actividade de ensino e aprendizagem não for separável da produção de conhecimento, estamos na esfera da universidade; se quem ensina, embora tendo recebido a formação científica adequada e continuando a qualificar-se cientificamente, tiver sobretudo a tarefa de transmitir – nomeadamente através de obras de referência ou manuais da respectiva especialidade – um saber já adquirido, e se quem aprende for testado essencialmente quanto à assimilação desse saber, estamos na esfera do politécnico. Esta fronteira, trás as inevitáveis exigências aos EMESU, que deverão ser condimentadas com especificidade...

38 Depois da aprovação da lei da autonomia das universidades e da nova lei de enquadramento orçamental, a Universidade constitui um centro com autonomia estatutária, científica, pedagógica, disciplinar e administrativa e financeira, tendo nesta área, capacidade para gerir as verbas anuais que lhe são atribuídas nos orçamentos do Estado, para transferir verbas entre as diferentes rubricas e capítulos orçamentais, para obter receitas próprias...

A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal

- Têm um corpo docente diversificado, constituído por militares e civis, estes ao abrigo do ECDU e escolhido não só pelos seus graus académicos mas também pela sua experiência e mais valia militar;
- Dependem directamente dos Ramos e dispõem de programas e currículos orientados especificamente para a Missão da instituição que suportam;
- Dispõem de Chefias Militares no Comando e Direcção dos Estabelecimentos e são "geridos" à imagem e semelhança das unidades militares;
- Não têm concorrentes no mercado exterior;
- Apoiam o seu corpo docente na concessão dos diferentes graus e títulos académicos³⁹, em cooperação com universidades;
- Apresentam, no seu conjunto, uma natureza dual⁴⁰, simultaneamente universitária (EMESU – AM/EN/AFA, equiparados às universidades públicas e ISNG/IAEM/IAEFA...) e politécnica (EMESP – ETN/ESSM/ESPE/ESTMA, equiparado aos institutos superiores politécnicos públicos);
- Dispõem de um número reduzido de alunos, entre 800 e 1000, se juntarmos os alunos dos diferentes EMES e com previsão de diminuição gradual, em face da redução global dos efectivos e unidades;
- Dispõem de alunos seleccionados noutras áreas que não só as decorrentes da sua valia académica, nomeadamente nas áreas psicotécnica,

39 Uma das modalidades, preconizada pelo TGEN Garcia Leandro, passaria pela atribuição das necessárias equivalências de cursos de promoção por parte dos Institutos de Altos Estudos (caso do CPOS ou CEM = Mestrado). Esta opção teria como consequências, entre outras, a realização obrigatória de provas públicas aos alunos que o pretendessem (e que fossem detentores das condições exigidas), e o necessário reajustamento das unidades de crédito e do corpo docente dos cursos (os quais poderiam ser enriquecidos com os doutores e mestres das AM/EN/AFA...).

40 De acordo com a Lei 26/2000, de 23 de Agosto, que aprova a organização e ordenamento do ensino superior (e cria um regime especial regulador da organização dos estabelecimentos de ensino superior público, militares e policiais), o Ensino Superior português é dual (universitário e politécnico), sendo o ensino universitário ministrado em universidades e em casos justificados em escolas universitárias não integradas (o caso dos EMESU até agora...). A Universidade (que pode incluir no seu "interior" várias faculdades e institutos, mesmo de ensino superior politécnico...), como pessoa colectiva de direito público, é, de acordo com a Lei nº 108/88, de 24 de Setembro, "um centro de criação, transmissão e difusão da cultura da ciência e da tecnologia, que, através da articulação do estudo, da docência e da investigação, se integram na vida da sociedade" que tem por objectivos a formação humana, cultural, científica e técnica e o intercâmbio ao mesmo nível com instituições congêneres nacionais e estrangeiras, a realização de investigação fundamental e aplicada, a prestação de serviços à comunidade e a contribuição, no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos.

- física, médica e comportamental, esta normalmente testada numa prova de aptidão militar, com a duração de cerca de duas a três semanas;
- Têm uma estrutura de acompanhamento e formação dos alunos muito cuidada e diversificada, que inclui, desde os directores de curso aos chefes de departamento, passando pela cadeia de comando do Corpo de Alunos e pelos Professores, o que lhe confere uma especificidade impar e muito valiosa;
- Dispõem de alunos que são alvo de um regime disciplinar e mesmo de um regime escolar muito especial, que inclui a frequência obrigatória, a reprovação no caso de não aproveitamento numa cadeira, e a eliminação no caso da reprovação, regimes que no seu conjunto consubs-tanciam os valores essenciais da cultura organizacional das FA, dos Ramos e das Armas e Serviços;
- Dão especial importância à Liderança⁴¹, aos valores e às tradições, tendo em atenção que os futuros oficiais se destinam a Comandar;
- Incluem tirocínios, realizados nas Escolas Práticas e orientados para a prática das competências específicas do Oficial Subalterno, num equi-líbrio difícil, mas tradicionalmente conseguido, entre o saber fazer, típi-co da escola de quadros, e o saber pensar;
- Integram-se em todo o processo de formação, desde a licenciatura, ao curso de promoção a capitão, ao curso de promoção a oficial superior, ao curso de estado-maior e até ao curso superior de comando e di-recção, para além de outros de especialização, numa formação gradativa e contínua, construtora de uma carreira profissional ainda socialmente prestigiada;
- Dão a todos os alunos que terminarem com sucesso os seus cursos, a garantia de um emprego e de uma carreira;

É importante ter sempre presente que os oficiais formados nos diferentes EMES se destinam exclusivamente a servir o País, cumprindo as Missões definidas em lei. O Oficial guerreiro-universitário, terá de ser sempre guerreiro, com suporte e formação universitária e não universitário para ser guerreiro, terá de ser comandante com elevados conhecimentos e não um universitário que também pode comandar. Nesta perspectiva, pensamos que a questão da avaliação do ensino superior, por muito importante que venha

41 Liderança, segundo o General Belchior Vieira, constitui um processo de influenciar, para além do que seria possível através do uso exclusivo da autoridade investida, o comportamento humano com vista ao cumprimento das finalidades, metas e os objectivos concebidos e prescritos pelo líder organizacional designado.

a ser para o prestígio do ESM e para o seu enquadramento no Ensino Superior Nacional⁴², não pode, nem deve, ser determinante, relativamente à especificidade militar⁴³. Daí o esforço feito pelos EMES em adaptarem as comissões de avaliação à especificidade militar, com a presença de elementos, nacionais e estrangeiros, conhecedores da instituição militar.

Tendo consciência de que as especificidades atrás referidas podem constituir um obstáculo a um ensino mais ligado à produção de saber e ao conhecimento, temos também a certeza de que, no seu conjunto, constituem uma mais valia que importa preservar na conjuntura actual de racionalização dos recursos económicos e humanos (redução do universo de alunos por razões demográficas) e que tem levado a alguma conflitualidade entre diferentes actores do sistema do ensino superior nacional e a acções nem sempre éticas ao nível da crescente “mercantilização”, num ambiente cada vez mais concorrencial⁴⁴.

No entanto, nem tudo são rosas, sendo importante destacar que os diferentes EMES, talvez porque empenhados em acompanhar as rápidas transformações do ambiente estratégico internacional e as novas missões atribuídas às FA em ambiente adverso em termos económicos, têm reduzido as sempre necessárias ligações entre si, para além das institucionais e das ligadas ao sistema nacional de avaliação do ensino superior, quer ao nível dos programas dos cursos, quer ao nível das matérias necessariamente comuns. O mesmo se passa ao nível dos próprios Ramos, entre as Academias e os Institutos (de Altos Estudos e Politécnicos), o que vem demonstrar a necessidade da criação de um órgão de coordenação do ensino e mesmo da doutrina conjunta e combinada, eventualmente ao nível do EMGFA, que contribuísse para a necessária ligação entre todos os EMES e explorasse, simultaneamente, as lições entretanto aprendidas nos vários Teatros de Operações. Esta falta de ligação, que também existe entre o ensino superior universitário e o politécnico, apesar de, nesse caso, estarem criadas todas as condições legais para que tal não aconteça, constitui uma lacuna do sub-sistema de ensino superior

42 Será curioso relembrar que em Paris, em 1998, se reuniram representantes de 182 estados, durante cinco dias para discutirem o Ensino Superior no século XXI, não tendo sido dedicado qualquer espaço específico ao ESM!

43 Sugere-se a consulta da obra editada pelo CNAVES e intitulada “Introdução à Avaliação do ESM”, que resulta de um colóquio organizado pelo ISNG.

44 Basta ler três dos pareceres do CNAVES, publicados recentemente no Diário da República, II Série: Parecer nº 9/2002, nº 250 de 29Out02, relativo ao “Sistema de Graus do Ensino Superior”; Parecer nº 10/2002, nº 251 de 30Out02, relativo à “Criação e autorização do funcionamento de cursos conferentes de graus académicos”; Parecer nº 11/2002, nº 254 de 04Nov02, sobre “O desenvolvimento muito rápido e até certo ponto descontrolado do ensino transnacional”.

militar, que pode ser colmatada com acções concretas no âmbito de uma reforma estrutural, construída também de dentro para fora e tendo como “farol” a missão das FA e dos Ramos.

Assim, constatamos facilmente que ainda existem diferenças consideráveis entre os EMES e a “Universidade”, apesar da aproximação que se tem efectuado, gradualmente, nos últimos anos. Interessa analisar cuidadosamente as especificidades e por consequência as vantagens e os inconvenientes decorrentes de uma reforma que integre eventualmente os EMES numa UFA⁴⁵, antes mesmo de se fazerem as análises de pormenor relativamente ao futuro e estatuto, deste ou daquele EMES, deste ou daquele militar ou civil na nova estrutura.

5. Subsídios para uma Reforma do ESM

Ao analisarmos os pressupostos e as variáveis influenciadoras da (e de uma ideal) Reforma do ESM, assim como a especificidade do actual ESM, constatámos da necessidade em levantarmos conceitos de acção que auxiliem uma tomada da decisão mais sustentada e simultaneamente mais consequente. Na prática, interessa formular um pensamento estratégico a diferentes níveis, que construa o ESM de excelência que se pretende para daqui a 20 ou 30 anos...

Chegou então a altura de nos empenharmos num ou em vários conceitos de acção, numa ou em várias soluções possíveis, num ou nouro instrumento de acção, sempre discutíveis, mas construídos com a consciência tranquila, sustentada numa autonomia de pensamento consolidada por vários anos de experiência no ESM e no Ensino Superior Nacional e, sobretudo, com o espírito de receptividade a novas ideias (algumas delas fruto de discussão com camaradas e amigos – a quem agradecemos – e que já aqui foram incluídas...).

Porque não temos respostas científicas a várias questões, a percepção decorrente da experiência tem sido determinante, num pensamento que inclui

45 Mesmo ao nível da conjuntura, porque actualmente a imagem da Universidade não é positiva, tal como a descrevem Alexandre Castro Caldas (as Universidades compararam-se a empresas geridas por empresários que por definição não querem saber da História. O que importa é a rentabilidade, medida por indicadores por vezes discutíveis. Os alunos são elementos de contabilidade...) e Boaventura Sousa Santos (a situação das universidades públicas mostra a recorrência dos seguintes temas: asfixia financeira; desresponsabilização do Estado sob pretexto da autonomia; concorrência desleal das universidades privadas; generalização de critérios empresariais que transformam a educação em mercadoria e perda de influência na formação das elites) na mesma semana, em artigos de opinião publicados na revista *Visão* de 28Nov02.

A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal

vários subsídios, não seriados por ordem de importância, para uma Reforma do ESM, respectivamente:

- A gestão criteriosa de todo um “património” construído com a pena e a espada dos seus ex-alunos, actores privilegiados da identidade do ESM;
- A necessidade de uma gestão mais centralizada e por consequência de maior unidade de comando, com a eventual criação duma cúpula militar (Comando de Ensino, Instrução e Doutrina⁴⁶) na directa dependência de um órgão ao nível do EMGFA, o que reduziria também o número de interlocutores ao nível do sub-sistema do ESM;
- A centralização, a um nível superior, de áreas como a Investigação e Desenvolvimento⁴⁷, a Doutrina, a Instrução Militar, a Internacionalização com destaque especial para o “Espaço Europeu”, as Pós-Graduações, etc..;
- A necessidade do reconhecimento do ESM, por parte dos restantes actores do sistema educativo, nacional e estrangeiro;
- A possibilidade de transformar os EMES num “fiel depositário do saber” e num servidor do Estado na área da Segurança e Defesa, com acções de formação em áreas específicas e de excelência dos militares, destinadas a futuros quadros dirigentes do país (gestão de crises, estratégia, liderança, guerra de informação...), e com as consequentes e mais valorizadas saídas paralelas ou colaterais de oficiais para outros servidores do Estado que não as FA;
- A manutenção do peso específico militar, na vertente técnica e tecnológica, na liderança e na área da socialização dos valores específicos, como a vivência das tradições, dos valores intrínsecos da instituição, dos rituais...;
- A opção por uma gestão cuidada dos docentes militares, sem que seja necessário criar uma carreira docente militar circunscrita à docência e à investigação;
- A manutenção da possibilidade dos Ramos continuarem a controlar a sua formação contínua ao longo das carreiras, se possível com a atri-

46 A Directiva nº 263/CEME/2001, para o aprofundamento do processo de reorganização do Exército, já contemplava a organização de um comando de formação e doutrina.

47 SEEx o Sr Presidente da República, no seu discurso de abertura do ano académico do IDN 2002/3 (26Nov02), destacava a determinada altura “a importância da investigação universitária sobre os temas da Segurança e Defesa”. Mais adiante salientou a necessidade de fomentar nas universidades (e porque não nos EMES) a investigação e o debate sobre os temas da Segurança e Defesa, “como forma de assegurar uma massa crítica que habilite o país a dispor permanentemente de capacidade de reflexão estratégica e prospectiva...”.

buição de um sistema cumulativo de créditos para as equivalências e equiparações do tipo adoptado pelos EUA e que Bolonha nos trará brevemente;

- A criação de uma AFAR ou Escola Superior das FA⁴⁸ (ESFAR, tal como na Bélgica), de um IAEFAR (tal como em Espanha), e de um Instituto Politécnico das FA (IPFAR), três interlocutores do ESM na dependência eventualmente do EMGFA⁴⁹, no sentido de proporcionar uma melhoria significativa, quer no emprego operacional conjunto⁵⁰, quer na resolução de aspectos administrativos que afectem os Ramos, quer ainda no reforço da coesão e espírito de corpo das FA, cada vez mais reduzidas e profissionais e consolidadas por um maior conhecimento mútuo entre Oficiais dos três ramos⁵¹;
- Que todas as decisões constituam um justo equilíbrio entre a “inovação e prospectiva” e as “especificidades do ESM” na balança do “guerreiro-universitário”;

Na conjuntura actual, uma Reforma profunda e sustentada do ESM, deverá estar a jusante e ter em atenção a Reforma das FA, ou aquilo que serão as FA em 2015, altura em que os cadetes de hoje serão capitães. Nesta perspectiva, uma Reforma ideal do ESM poderia incluir três conceitos de acção, de que salientamos:

- 1. O Debate Público, alargado a todos os actores, nacionais e estrangeiros, do sistema educativo militar e da Segurança e Defesa, sobre as variáveis influenciadoras, os pressupostos, e a necessidade e dimensão de uma reforma, respondendo, de modo participativo e com cariz científico, às questões apresentadas no capítulo 2., debate que poderia ter lugar, em jeito de seminários, nos EMES ou, de preferência, no IDN;

48 Reforçamos esta nossa posição, quando tivemos a honra e o privilégio de Comandar um Batalhão de Alunos dos três EMESU, nas cerimónias do dia das Forças Armadas (25Jul02), que tiveram lugar junto ao Mosteiro dos Jerónimos em Lisboa.

49 Justiça, racionalidade e urgência a confirmar com estudos a efectuar por comissões conjuntas sectoriais. Esta visão é mais “vertical”, porque mais conjunta e numa perspectiva mais consentânea com o ensino superior nacional – ensino politécnico separado do universitário e do relacionado com a formação militar contínua.

50 Indo ao encontro do disposto no próprio Decreto-Lei de criação da AM, em 1959, reunindo “por razões de natureza histórica e de ordem prática, com vista aos militares objectivos, senão de unificação das três escolas, pelo menos da sua interpenetração”.

51 Existem diferenças mais acentuadas entre cursos no mesmo EMESU (caso da saúde e armas na AM) do que cursos de diferentes EMESU (caso dos cursos de administração militar nos três Ramos).

- 2. A criação, ao nível do MDN, de cinco Comissões Conjuntas (compostas por especialistas dos três ramos e da GNR), com objectivos perfeitamente limitados em tempo e definidos por áreas, a saber:
 - a. Identificação do perfil do oficial do século XXI;
 - b. Estudo dos Conhecimentos Militares;
 - c. Variáveis influenciadoras de uma reforma do ESM;
 - d. Estudo da racionalidade das diferentes modalidades de Reforma;
 - e. Internacionalização do ESM ou “A importância da Europa do Conhecimento e a necessidade de promover a dimensão europeia do ESM”;
- 3. Identificação do Modelo de Reforma, tendo a montante os pressupostos e as variáveis influenciadoras, e a jusante a criação de Disposições Transitórias que salvaguardem os militares e de Mecanismos de Acompanhamento, conjuntos e interactivos, que salvaguardem o futuro.

Independentemente do valor discutível dos subsídios acima apresentados e dos conceitos de acção propostos, pensamos que a normal reacção às opções políticas que forem entretanto tomadas e que serão enquadradas noutras reformas mais globais da Segurança e Defesa, passará por “tocar a formar” e em conjunto trabalhar com a máxima dedicação, na salvaguarda do futuro dos nossos vindouros.

6. Apontamentos Finais

A Reforma do ESM, a jusante das reformas em curso nas FA, constitui um desafio de futuro, que deverá ter a montante “o reforço do prestígio, da dignificação e da coesão das FA e dos que nela servem”.

Entre as variáveis justificativas da Reforma constante na agenda dos últimos governos, destacam-se a necessidade do fortalecimento da ligação às universidades e a racionalização de recursos, tendo como instrumento a necessária cooperação inter-ramos, baseada no novo ambiente militar e no novo ambiente estratégico internacional. Se, por um lado, é indiscutível a necessária racionalização, por outro lado, a integração do ESM no Sistema de Ensino Superior Nacional, constituiu um pressuposto, “pressionado” pelo processo de avaliação em curso, o qual, não deveria limitar ou encaminhar, à partida, determinados instrumentos de acção da Reforma, independentemente da sua importância na validação de todo o sub-sistema do ESM.

Num mero exercício académico, levantámos pressupostos e sustentámos as variáveis políticas, económicas, sócio-culturais e militares, e relacionámo-las teoricamente com as possíveis consequências ao nível dos diferentes instru-

mentos de acção de uma possível Reforma, alguns deles já em curso nos diferentes EMES. Constatámos, ainda, a necessidade de estudos mais profundos nestas áreas, que tenham por referência as palavras avisadas e experientes do General Belchior Vieira, quando destaca que "...as funções de técnico, gestor, estudante e diplomata emergem como suplementos e nunca como substitutos da função do combatente, a função matriz das forças armadas..."⁵².

Por fim, ao analisarmos as especificidades do ESM, levantámos a "identidade" que deverá constituir um dos pratos da balança do guerreiro-universitário, e que se pretende equilibrada com um outro prato contendo "inovação e prospectiva". Neste equilíbrio difícil, em que interessa explorar, interna e externamente, as áreas de excelência do ESM, estará uma solução que vá ao encontro da missão das FA e dos Ramos, o farol da ainda única "entidade empregadora" dos alunos que serão os capitães da próxima década e os futuros generais das décadas de 30 e 40 do século XXI.

Um trabalho mais meticuloso, porque de uma instituição estamos a tratar, poderia ir ao encontro dos três conceitos de acção que acima preconizámos, com especial destaque para a necessidade de alargar o debate aos diferentes actores da Segurança e Defesa, nacionais e internacionais, e para a importância da criação de Comissões Conjuntas sectoriais, no sentido de se efectuar, em tempo, uma Reforma de Qualidade a um ESM de Excelência.

São e serão sempre negativas as posições extremadas de criação imediata de uma UFA ou de oposição total a essa ideia, pois é necessário não confundir as razões e os objectivos com o instrumento de acção, pelo que, é bom que não se circunscreva o debate nem se equacione exclusivamente o modelo institucional universitário como o único adequado para os justificar e prosseguir. Se, por um lado, é importante avançarmos por alguns caminhos "impostos" pelo Ensino Universitário Nacional, como a necessidade da investigação para criar conhecimento e a importância de pós-graduar militares para prestigiar a instituição⁵³,

52 Vieira, Belchior, in Nação e Defesa, "Que Modelo de Militar para a Nova Arte da guerra e Paz?", nº 98 – Verão 2001, IDN, Lisboa, p. 47.

53 Já depois de termos terminado as últimas linhas, tomámos conhecimento, no início de Dezembro de 2002, da Proposta de Lei do Governo (Ministro da Ciência e do Ensino Superior), a apresentar à Assembleia da República, sobre o "Regime Jurídico do Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior", Lei que terá consideráveis e inevitáveis consequências para a Reforma do ESM, nomeadamente ao nível do Ensino Superior Militar Universitário. Caso a opção continue a ser de integração no Ensino Superior Universitário, teremos de continuar a investir nos graus académicos (O Conselho Científico só terá Doutores...), nos Centros de Investigação, na Avaliação, nos serviços à comunidade com cursos em áreas científicas distintas que proporcionem saídas colaterais ou que aceitem civis e por consequência numa estrutura muito próxima da que preconizámos relativamente à Escola Superior (Universitária) das FA, mas respeitando as especificidades do ESM, o que em termos legais poderá levar a pressões no sentido do diploma vir a conter as necessárias disposições transitórias

por outro lado, não nos podemos deixar cair na tentação de alguns vícios de algumas universidades, pois corremos o risco de perdermos a nossa identidade e de sermos submergidos por um sistema que, segundo palavras de alguns dos seus mais destacados actores, não respeita valores e regras, mas cada vez mais interesses puramente conjunturais e sobretudo economicistas.

Com a esperança de que as decisões relativamente á Reforma do ESM, quaisquer que elas sejam, serão tomadas no sentido de continuarmos a ter “oficiais de qualidade e cidadãos de excelência”, tudo faremos como “sonhadores activos”, para mantermos a confiança no futuro e reforçarmos o nosso orgulho nas nossas Escolas, Academias e Institutos, que formaram os Oficiais que Comandaram os SOLDADOS que construíram Portugal.

Bibliografia

- AAVV, “The European Officier: a comparative view on selection and education”, Giuseppe Cafono (ed.), Edizioni Ets, Pisa, 2000.
- AAVV, Comprendre La Défense, Institut des Hautes Études de Defense Nationale, Economica, 2ª ed. Paris, 2002.
- AGUDA, Fernando Pereira Santos (Cor), A formação universitária e politécnica do militar e a estrutura das carreiras dos oficiais e sargentos dos quadros permanentes, CSCD. 2000/2001, TILD, IAEM, 2001.
- ARON, Raymond, O Espectador Comprometido, Morais Editores, Lisboa, 1983.
- AZEVEDO, Arnaldo, Docentes Universitários: o Estatuto da Carreira Docente Universitária anotado, Vida Económica, 2ª ed., Porto, 1999.
- BORGES, João Vieira, “Forças Armadas mais «Conjuntas»”, in Boletim da AAA, Queluz, 2001.
- BORGES, João Vieira, Intervenções Militares Portuguesas na Europa do Século XVIII: Uma Análise Estratégica, Atena, Lisboa, 2000.
- BORGES, João Vieira, Relatório da visita às “Escolas de Saint-Cyr Coetquidan” no âmbito da Conferência sobre “A Dimensão Militar da Integração Europeia”, AM, Lisboa, 2002.
- CARVALHO, Rómulo de, História do Ensino em Portugal, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996.
- CHALIAND, Gérard, Anthologie Mondiale de la Stratégie: Des Origines au Nucléaire, Bouquins, Robert Laffont, Paris, 1990.
- CLAUSEWITZ, Carl Von, Da Guerra, 2ª Ed., Europa-América, 1997.

- CNAVES, Introdução à Avaliação do Ensino Superior Militar: Colóquio no SISNG, Lisboa, 2001.
- CNAVES, Seminário Avaliação e Acreditação, Lisboa, 2002.
- DELBOS, Jean-François, La Formation des Officiers, L'Harmattan, Paris, 2001.
- DIAS, Jorge, Estudos do Carácter Nacional Português, CEAC, Lisboa, 1971.
- EFFLANDT, Scott (Major) e Reed Brian, (Major), Formando o Guerreiro-Académico, in *Military Review*, 3rd Quarter, Portuguese Edition, EUA, 2002.
- FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros (Major-General), "Factores da Evolução do Ensino Militar Superior", in *Nação e Defesa*, Ano I, nº 2. pp. 141-151.
- FERREIRA, José Medeiros (coord.), Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático, Edições Colibri, Lisboa, 2001.
- FREEDMAN, Lawrence, War, Oxford, New York, 1994.
- FREIRE, Adriano, Estratégia: Sucesso em Portugal, Editorial Verbo, Lisboa, 1998.
- JANOWITZ, Morris, O Soldado Profissional – Um Estudo Social e Político, Edições GRD, 1967.
- LEANDRO, Garcia (Tenente-General), "O Ensino Superior Militar e o seu Enquadramento Conceptual", CCB, Seminário sobre Avaliação Global do Ensino Superior, Organizado pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, 11 e 12Abr00.
- LEGISLAÇÃO, Diversa...
- MAISONNEUVE, Eric de La, La Violence qui Vient, Arléa, Paris, 1997.
- MATEUS, Frutuoso Pires (Tenente-General), "Desenvolvimento Cognitivo, Científico, Cultural e Ético da Personalidade", in *Revista Militar*, nº 6/7, Jun/Jul98, pp. 503-525.
- MORGENTHAU, H., Politics Among Nations, A. Knopf, Nova Iorque, 1960.
- MOREIRA, Adriano, "A Natureza das FA e a Reforma do Ensino Militar", in *Nação e Defesa*, nº 98 – Verão 2001, IDN, Lisboa, 2001, pp. 73-84.
- MOREIRA, Adriano, Estudos da Conjuntura Internacional, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1999.
- MOSKOS, Charles M., The Military; More Than Just a Job, McLean, Virginia: Pergamon-Brassey, 1988.
- NYE, Joseph S., Compreender os Conflitos Internacionais, Gradiva, Lisboa, 2002.
- HENRIQUES, Mendo, Rodrigues, Arlindo, Cunha Filipe, Reis, João, Educação para a Cidadania, Plátano Editora, 2ª ed., Lisboa, 2000.

A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal

- HUNTINGTON, Samuel P., *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Gradiva, Lisboa, 1999.
- HUNTINGTON, Samuel P., *The Soldier and the State*, Cambridge, Harvard University Press, 1959.
- KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Gradiva, Lisboa, 1996.
- PARKER, Geoffrey, Cambridge University Press, *The Military Revolution*, 2ª ed., 1996.
- PROENÇA, Maria Cândida (Coord.), *O Sistema de Ensino em Portugal; séculos XIX e XX*, Edições Colibri, 1998.
- ROCHE, Jean-Jacques, *Théories des Relations Internationales*, Edições Montchrestein, Paris, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, *Um Discurso sobre as Ciências*, Edições Afrontamento, 4ª ed., 1990.
- SANTOS, José Alberto (General), "Racionalizar o Ensino Superior Militar", in *Diário de Notícias*, 2 de Setembro de 2002, p. 12.
- SANTOS, José Loureiro (General), *Incursões no Domínio da Estratégia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983.
- SAMPAIO, Jorge, *A Defesa Nacional e as Forças Armadas; Intervenções do Presidente da República*, Presidência da República, Lisboa, 2002.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *O Interesse nacional e a Globalização*, Edições Cosmos, IDN, Lisboa, 2000.
- TELLES, Sebastião, *Introdução ao Estudo dos Conhecimentos Militares*, 3ª ed. Ed. Cosmos, IDN, Lisboa, 2001.
- TELO, António José, *Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso*, Lição Inaugural, AM, Lisboa, 2002.
- UNESCO, "Conferência Mundial sobre o Ensino Superior", o Ensino Superior no Séc. XXI – Visão e Acções, Paris, 5 a 9 de Outubro de 1998.
- VAZ, Nuno Mira (Coronel), "A Profissão Militar: um modelo à procura de sustentação", in *Nação e Defesa*, nº 98 – Verão 2001, IDN, Lisboa, 2001, pp. 49-72.
- VAZ, Nuno Mira (Coronel), *Civilização das Forças Armadas nas Sociedades Demoliberais*, Edição Cosmos, IDN, Lisboa, 2002.
- VIDEIRA, Carlos Manuel Terron da Silva (Tenente-Coronel), *Formação Comportamental na AM*, *Revista Militar* nº 2/3 – Fev/Mar 2000, pp. 153-165.
- VIEIRA, Guilherme de Sousa Belchior (Tenente-General), "Modelos de Sistemas de Ensino Universitário Militar", in *Revista Militar*, nº 6/7 – Junho/Julho 2002. pp. 483-492.

VIEIRA, Guilherme de Sousa Belchior (Tenente-General), Liderança Militar, AM, 2002.

VIEIRA, Guilherme de Sousa Belchior (Tenente-General), "Que Modelo de Militar para a Nova Arte da guerra e Paz?", in Nação e Defesa, nº 98 – Verão 2001, IDN, Lisboa, pp. 33-48.

Siglas:

AAA – Artilharia Antiaérea

AFA – Academia da Força Aérea

AFAR – Academia das Forças Armadas (não existe)

AM – Academia Militar

CEMGFA – Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

CEME – Chefe do Estado Maior do Exército

CINAMIL – Centro de Investigação da Academia Militar

CNAVES – Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

CRI – Comissão de Relações Internacionais

DL – Decreto-Lei

DO – Divisão de Operações

EME – Estado Maior do Exército

EMES – Estabelecimentos Militares de Ensino Superior

EMESP – Estabelecimentos Militares de Ensino Superior Politécnico

EMESU – Estabelecimentos Militares de Ensino Superior Universitário

EN – Escola Naval

ESFAR – Escola Superior das Forças Armadas (não existe)

ESM – Ensino Superior Militar

ESPE – Escola Superior Politécnica do Exército

ESSM – Escola de Serviço de Saúde Militar

ESTMA – Escola Superior de Tecnologias Militares Aeronáuticas

ESTN – Escola Superior de Tecnologias Navais

EUA – Estados Unidos da América

A Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal

- FA – Forças Armadas
- FUP – Fundação das Universidades Portuguesas
- GNR – Guarda Nacional Republicana
- IAEFA – Instituto de Altos estudos da Forças Aérea
- IAEFAR – Instituto de Altos Estudos das Forças Armadas (não existe)
- IAEM – Instituto de Altos Estudos Militares
- I&D – Investigação e Desenvolvimento
- IDN – Instituto de Defesa Nacional
- IPFAR – Instituto Politécnico das Forças Armadas (não existe)
- ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- ISNG – Instituto Superior Naval de Guerra
- MGEN – Major-general
- QP – Quadros Permanentes
- OI – Organização Internacional
- OSCE – Organização de Segurança e Cooperação Europeia
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- RMA – Revolução Militar Armada
- ROM – Repartição de Organização e Métodos
- SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa
- TCOR – Tenente-coronel
- TGEN – Tenente-general
- UE – União Europeia
- UFA – Universidade das Forças Armadas (não existe)